
RESOLUÇÃO CRCAM Nº 314, 23 DE AGOSTO DE 2019.

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CFC nº 1.523/2017, que instituiu o Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de regular o funcionamento das referidas comissões, o que se faz com base no contido da Resolução CFC nº 1.564, de 11 de abril de 2019, que instituiu o Regimento das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta no Âmbito do CFC;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º da Portaria CRCAM nº 13/2019, que estabelece a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas e a sua competência para a elaboração de seu Regimento Interno,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Este Regimento tem a finalidade de regular a estrutura organizacional, competência, atribuições, funcionamento, princípios, deveres e responsabilidades, normas e procedimentos da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas.

Art. 2º - Os padrões de conduta estão estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.523, de 7 de abril de 2017 e alterações posteriores.

Art. 3º - A Comissão observará as normas gerais de procedimento e o rito processual disciplinado por esta Resolução.

Art. 4º - Para efeito deste Regimento Interno, entende-se por:

- I. – Atitude: procedimento que leva a um determinado comportamento. É a concretização de uma intenção ou propósito;
- II. – Conduta: ação humana que engloba a forma de pensar, agir e de viver. A conduta é baseada em crenças, culturas e valores éticos e morais. A conduta profissional e

-
- a conduta pessoal estão diretamente ligadas aos valores que são cultivados;
- III. – Ética: conjunto de regras, valores e princípios que norteiam a conduta e o comportamento dos conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs durante o exercício de suas atribuições legais e funcionais;
 - IV. – Conselheiro do CRCAM: agente político e profissional da contabilidade, investido de mandato representativo, que compõe órgão colegiado do CRCAM;
 - V. – Funcionários: são os empregados, jovens aprendizes e cargos em comissão que exercem suas atividades profissionais com vínculo permanente ou transitório;
 - VI. – Colaboradores: particular ou prestador de serviço que exerce atividade funcional no CRCAM, de forma transitória ou precária;
 - VII. – Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP): documento que estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável;
 - VIII. – Censura Ética: documento que explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 5º - São princípios e valores fundamentais a serem observados pelos conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCAM, no exercício de suas funções:

- I. - legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.
- II. - honestidade, companheirismo, responsabilidade profissional e social.
- III. - moralidade, ética e sigilo profissional.
- IV. - a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica.

CAPÍTULO III FINALIDADE E DA ABRANGÊNCIA

Art. 6º - São objetivos deste Código de Conduta:

- I. – fortalecer a imagem institucional do Sistema CFC/CRC's;
- II. – tornar explícitos os princípios e normas éticos que regem a conduta dos conselheiros, funcionários e colaboradores;
- III. – colaborar, por meio de boas práticas de gestão e de uma comunicação clara, objetiva e tempestiva à sociedade, para que tanto a Visão, a Missão, os Objetivos e os Valores Institucionais do Sistema CFC/CRC's sejam assimilados na cultura, no comportamento e nas práticas organizacionais, respeitando-se os princípios éticos que regulam esse Código;
- IV. – promover a conscientização e a prática de princípios de conduta;
- V. – fortalecer o caráter ético; e
- VI. – instituir instrumento de apoio e oferecer, por meio da Comissão de Conduta, uma instância de consulta, visando esclarecer dúvidas acerca da conformidade da conduta dos conselheiros, funcionários e colaboradores com os princípios e normas de conduta nele tratados.

Art. 7º - Este Código de Conduta, a par das normas disciplinares que tutelam a relação institucional com os conselheiros, funcionários e colaboradores, a aplicabilidade deste normativo norteará os relacionamentos internos e os externos com os segmentos da sociedade, visando alcançar padrão de comportamento ético e íntegro que proporcione lisura e transparência dos atos praticados na prestação de serviços do Sistema CFC/CRC's.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 8º - No exercício do cargo ou função é direito de todo conselheiro, colaborador e funcionário do CRCAM:

- I. – exercer suas funções em ambiente propício salutar e adequado, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar;
- II. – receber tratamento igualitário e imparcial no desempenho de suas funções, bem como nos sistema de avaliação de desempenho individual e reconhecimento profissional, remuneração compatível e promoção merecida, observado o direito de obter informações a eles vinculadas;
- III. – ter acesso às atividades de capacitação, aprimoramento e desenvolvimento profissional;
- IV. - expor livremente aos colegas e superiores opiniões e ideias que visem ao bem comum do CRCAM e do próprio ambiente de trabalho; e
- V. – ter a garantia do sigilo das informações de ordem pessoal, médica ou profissional.

Art. 9º - No exercício do cargo ou função é dever de todo conselheiro, colaborador e funcionário do CRCAM:

- I. – cumprir de forma idônea as atribuições de seu cargo, emprego ou função, executando as tarefas a contento;
- II. – resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade, agindo em harmonia com os compromissos éticos e os valores institucionais assumidos neste Código de Conduta;
- III. – informar à Comissão de Conduta, para as devidas providências, sobre situações que venham a suscitar relações conflitantes com suas responsabilidades profissionais, sejam elas sob qualquer aspecto-patrimonial, econômico ou profissional;
- IV. – resistir a pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores ou vantagens indevidas, em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas, e denunciá-las;
- V. – manter-se afastado de quaisquer atividades que reduzam sua autonomia e independência profissional, adotando atitudes e procedimentos objetivos, atuando de forma imparcial no exercício e no desempenho das atividades;

- VI. – ser diligente e responsável, assegurando à autoridade competente o repasse de informações de que tenha tomado conhecimento sobre qualquer ato ou fato lesivo ao interesse institucional;
- VII. – zelar pela fidelidade das informações e documentos;
- VIII. – manter cordial tratamento entre os colegas, conselheiros e demais colaboradores no âmbito do trabalho;
- IX. – respeitar a capacidade e as limitações individuais, abolindo o preconceito de cor, étnico, de idade, religioso, político, social, filosófico ou de qualquer natureza;
- X. – estabelecer um clima de respeito à hierarquia e aos colegas de trabalho, evitando animosidades e respeitando as ideias e posicionamentos divergentes, sem prejuízo de não ser omissos a qualquer ato irregular;
- XI. – apresentar-se ao trabalho utilizando o fardamento, desde que, fornecido pelo CRCAM, sendo vedada a descaracterização do mesmo, e, na sua ausência, com vestimentas adequadas ao exercício da função, **não** sendo permitido o uso de:
 - a. Decotes exagerados e roupas transparentes;
 - b. Roupas curtas ou justas demais;
 - c. Roupas que deixam a barriga defora;
 - d. Camisetas regatas;
 - e. Bermudas ou Shorts;
 - f. Calças do tipo agasalho;
 - g. Roupas que deixem a peça íntima à vista;
 - h. Camisas e/ou Camisetas que venham a ferir a neutralidade político-partidária, religiosa e ideológica;
 - i. Camisas e/ou Camisetas com frases ofensivas e/ou inadequadas;
 - j. Toucas, bonés, chapéus e/ou similares;
 - k. Chinelos (masculinos ou femininos)
- XII. – evitar excessos na forma de se expressar;
- XIII. – observar e dar cumprimento à legislação e aos preceitos legais já estabelecidos na esfera do CFC e CRCAM;
- XIV. – guardar sigilo sobre informações confidenciais e privativas a quem tiver acesso, inerentes ao cargo ou função, ou mesmo de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito;
- XV. – estar munido de informações acerca das competências e da legislação do CFC e ações institucionais deste regional.
- XVI. – respeitar os compromissos previamente agendados;
- XVII. – prezar pela imparcialidade diante das afirmações, abstendo-se de apresentar qualquer tipo de recomendação ou sugestão acerca dos procedimentos da entidade que não sejam afetos ao objeto da fiscalização; e
- XVIII. – usar em serviço crachá de identificação nas dependências do CRCAM ou em serviço externo;
- XIX. – zelar pelas áreas internas da Sede ou de qualquer recinto sob responsabilidade do CRCAM, conservando os bens móveis, equipamentos, utensílios e materiais de seu uso;

XX. - Solicitar previamente, conforme o caso, com pelo menos 03 dias úteis, via carta pessoal, ao superior imediato as ausências ao trabalho, conforme abaixo:

- a. Consultas médicas, odontológicas, exames, terapias, etc., que antecedam ou coincidam com o horário de entrada;
- b. Consultas médicas, odontológicas, exames, terapias, etc., que ocorram durante o expediente;
- c. Saídas particulares.

CAPÍTULO V

DAS VEDAÇÕES E PENALIDADES

Art. 10 - Aos Conselheiros, colaboradores e funcionários do CRCAM, é condenável a prática de qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade, os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais, sendo-lhes vedado:

- I. – infringir, no desempenho do cargo ou função, os preceitos estabelecidos neste Código de Conduta, ou concorrer para a realização de ato contrário á lei ou destinado a fraudá-la;
- II. – praticar ou compactuar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, ato contrário a ética;
- III. – praticar qualquer ato que atente contra a honra e a dignidade de sua atuação profissional e contra os valores institucionais;
- IV. – discriminar, de qualquer forma, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho;
- V. - adotar qualquer conduta que interfira no desempenho do trabalho ou que crie ambiente hostil, ofensivo ou com intimidação, com ações tendenciosas geradas por simpatias, antipatias ou interesses de ordem pessoal, sobretudo, e especialmente, o assédio sexual de qualquer natureza ou o assédio moral, no sentido de desqualificar outros, por meio de palavras, gestos ou atitudes que ofendam a autoestima, a segurança, o profissionalismo ou a imagem;
- VI. – atribuir erro próprio a outrem;
- VII. – apresentar como de sua autoria ideias ou trabalhos de outrem;
- VIII. – propor ou obter troca de fatores que originem compromisso pessoal ou funcional potencialmente conflitante com o interesse da instituição;
- IX. – valer-se do cargo, da função ou do porte de informações privilegiadas para receber vantagens ou favorecimento próprio, de terceiros ou de entidades publicas ou privadas;
- X. – usar artifícios para prolongar a resolução de alguma demanda ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa;
- XI. – solicitar, sugerir, provocar ou receber, para si ou para outrem, mesmo em ocasiões de festividade, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, brindes, presentes ou vantagens de qualquer natureza, de pessoa física ou jurídica interessada nas atribuições, funcionário ou colaborador;
- XII. – desviar funcionário ou colaborador para atendimento de interesse particular;
- XIII. - permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores;

XIV. - pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim;

XV. - aceitar presentes, benefícios ou vantagens de terceiros, salvo brindes que não tenham valor comercial ou que, sendo distribuída a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas;

XVI. - utilizar-se de práticas vexatórias ou humilhantes, especialmente, as que consistam em pressão psicológica, coação, intimidação, discriminação, perseguição, autoridade excessiva, conduta abusiva, constrangedoras e assédio moral, por intermédio de palavras agressivas, ou de qualquer outro comportamento que os submeta a constrangimento físico ou moral ou atente contra a honra e a dignidade da pessoa.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO

Art. 11 - A Comissão de Conduta do CRCAM será composta de 3 (três) funcionários efetivos e seus respectivos suplentes.

Parágrafo único. A presidência da Comissão será exercida pelo funcionário titular formalmente designado por portaria e, nas suas ausências, afastamentos e impedimentos eventuais, pelo seu suplente.

Art. 12 - Os funcionários serão designados pelo presidente do CRCAM, por meio de portaria específica de nomeação, conforme previsto pelo Art. 9º da Resolução CFC n.º 1.523/2017.

Art. 13 - Ao tomar posse como membro da Comissão de Conduta, o funcionário deverá prestar compromisso de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Conduta instituído pela Resolução CFC n.º 1.523/2017.

Art. 14 - Ficam impedidos de compor as Comissões de Conduta os funcionários já punidos administrativa ou criminalmente.

Art. 15 - Cessará a investidura de membros da Comissão a partir do pedido de exoneração ou caso tenham condenação, homologada em Plenário do CRCAM, por um processo ético, criminal e/ou administrativo-disciplinar.

Art. 16 - O integrante da Comissão que, por qualquer motivo, vier a responder a processos ético, criminal e/ou administrativo-disciplinar ficará suspenso da Comissão, até o trânsito em julgado.

Art. 17 - Os integrantes da Comissão terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções.

Art. 18 - Os membros suplentes atuarão na condição de colaboradores da Comissão, substituirão os respectivos membros titulares nas suas ausências e impedimentos eventuais e os sucederão em caso de vacância, assumindo imediatamente as atribuições.

§ 1º Se, por motivo devidamente justificado, o titular ou suplente não puder assumir a titularidade vaga, o presidente da Comissão solicitará nova indicação ao presidente do CRCAM.

§ 2º Poderá ser reconduzido uma única vez ao cargo de membro da Comissão o funcionário que for designado para cumprir o mandato complementar, caso ele tenha se iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

Art. 19 - A participação na Comissão de Conduta do CRCAM não enseja qualquer remuneração para seus integrantes, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados relevantes, devendo ser registrados nos assentos funcionais do funcionário e emitido certificado aos funcionários.

Art. 20 - A Comissão de Conduta do CRCAM poderá designar funcionários representantes, os quais auxiliarão nos trabalhos de educação e de comunicação, com a finalidade de sensibilizar e divulgar as ações de promoção dos padrões de conduta aos conselheiros, funcionários e colaboradores do CRCAM.

Art. 21 - Os integrantes da Comissão desempenharão suas atribuições concomitantemente com a de seus respectivos cargos e funções.

Art. 22 - A qualquer tempo, a Comissão de Conduta poderá instaurar processo para apuração de fato ou conduta que venha a ferir os postulados éticos recomendados aos funcionários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas.

CAPÍTULO VII

DOS PRINCÍPIOS E DEVERES DOS MEMBROS DAS COMISSÕES

Art. 23 - São princípios e deveres fundamentais a serem observados pelos membros da Comissão de Conduta do CRCAM no desenvolvimento dos trabalhos:

- I – assegurar a celeridade no desenvolvimento dos trabalhos;
- II – preservar a honra, a imagem e a dignidade da pessoa investigada;
- III – proteger a identidade do denunciante;
- IV – atuar de forma independente e imparcial;
- V – atuar em consonância com os princípios de conduta, eficiência e integridade;
- VI – garantir o sigilo durante todo o processo de apuração de infrações de conduta;
- VII – comparecer às reuniões da Comissão de Conduta, justificando ao presidente da Comissão eventuais ausências e afastamentos;
- VIII – priorizar e participar efetivamente das atividades da Comissão;
- IX – declarar aos demais membros o impedimento ou a suspeição nos trabalhos da Comissão de Conduta;
- X – eximir-se de atuar em procedimento no qual tenha sido identificado seu impedimento ou suspeição;
- XI – observar os princípios fundamentais de sua atuação neste Regimento;
- XII – manter conduta orientada por um padrão de conduta ética que contemple, minimamente, os princípios e valores estabelecidos no Código de Conduta para os Conselheiros, Colaboradores e Funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

§ 1º Dá-se o impedimento dos membros da Comissão de Conduta do CRCAM, quando:

- a) Tenha interesse direto ou indireto no fato;

- b) Tenha participado ou venha a participar, em outro processo administrativo ou judicial, como perito, funcionário, colaborador, testemunha ou representante legal do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;
- c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o denunciante, denunciado ou investigado, ou com os respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau;
- d) For seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau o denunciante, denunciado ou investigado.

§ 2º Dá-se a suspeição dos membros da Comissão de Conduta do CRCAM, quando:

- a) For amigo íntimo ou notório desafeto do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau; ou
- b) For credor ou devedor do denunciante, denunciado ou investigado, ou de seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau.

CAPÍTULO VIII DAS COMPETÊNCIAS

Art. 24 - Compete à Comissão de Conduta do CRCAM:

- I – atuar como instância colegiada de natureza investigativa e consultiva em matéria de avaliação de conduta dos funcionários e/ou colaboradores do CRCAM;
- II – aplicar o Código de Conduta para os funcionários e/ou colaboradores do CRCAM, aprovada por esta Resolução e baseada na Resolução CFC n.º 1.523/2017, devendo:
 - a) Apurar, mediante denúncia ou conhecimento de ofício, fato ou conduta em desacordo com o Código de Conduta;
 - b) Recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de conduta e disciplina;
 - c) Dirimir dúvidas a respeito da interpretação e da aplicação do Código de Conduta e deliberar sobre casos omissos;
- III – orientar e aconselhar sobre a conduta ética do conselheiro, funcionário e/ou colaborador no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;
- IV – interagir com as Comissões de Conduta do CFC e dos Conselhos Regionais de Contabilidade;
- V – responder a consultas que lhes foram dirigidas;
- VI – receber denúncias e representações contra funcionário e/ou colaborador por suposto descumprimento às normas de condutas, procedendo à apuração e, se for o caso, à instauração do devido processo;
- VII – instaurar processo para apuração de fato que possa configurar descumprimento do Código de Conduta por funcionário e/ou colaborador;
- VIII – examinar matérias e emitir relatório com parecer conclusivo sobre o resultado

-
- da apuração de fatos que possa configurar desvio de conduta;
- IX – convocar funcionário e/ou colaborador e convidar outras pessoas a prestarem informações relevantes à apuração de fatos relativos ao descumprimento do Código de Conduta;
- X – autorizar, nas reuniões da Comissão, a presença de pessoas que, por si ou por entidades que representem, possam contribuir com assuntos específicos da pauta;
- XI – requisitar às partes informações e documentos necessários à instrução processual;
- XII – realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas, sob as expensas do CRCAM;
- XIII – esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios de conduta;
- XIV – propor ao presidente do CRCAM a aplicação de penalidades:
- a) Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP);
 - b) Censura Ética.
- XV – arquivar o processo quando não for comprovado o desvio de conduta;
- XVI – notificar as partes sobre as decisões adotadas;
- XVII – submeter ao presidente do CRCAM propostas para o aperfeiçoamento do Código de Conduta;
- XVIII – propor alterações ao Regimento Interno da Comissão de Conduta do CRCAM;
- XIX – dar ampla divulgação ao regimento de conduta;
- XX – emitir instruções de caráter orientativo ou interpretativo referente ao Código de Conduta ou às normas relativas à temática da ética;
- XXI – recomendar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação da cultura ética, bem como a capacitação e treinamento aos conselheiros, colaboradores e funcionários sobre disciplina e normas aplicáveis;
- XXII – elaborar e executar plano de trabalho de gestão de conduta que contemple as principais atividades a serem desenvolvidas, propondo metas e indicadores de avaliação;
- XXIII – envolver as unidades organizacionais do CRCAM para contribuir com ações voltadas às áreas de comunicação, sistema de informação, educação e avaliação de resultados da gestão de conduta; e
- XXIV – representar a Comissão de Conduta em eventos internos e externos ao CRCAM.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Art. 25 - São atribuições e responsabilidade do presidente da Comissão de Conduta do CRCAM:

- I – convocar e presidir as reuniões;
- II – representar a Comissão;
- III – determinar a instauração de processos para a apuração de prática contrária ao Código de Conduta para os funcionários e/ou colaboradores do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas, bem como as diligências e convocações;
- IV – designar relator para os processos;
- V – orientar os trabalhos da Comissão, ordenando os debates e concluindo os

pareceres conclusivos;

VI – tomar os votos, proferindo voto de qualidade, em caso de empate e proclamando os resultados;

VII – delegar atribuições para tarefas específicas aos demais membros da Comissão;

VIII – autorizar a presença de pessoas, nas reuniões da Comissão, que possam contribuir na condução dos trabalhos;

IX – decidir em casos de urgência, *ad referendum* da Comissão;

X – encaminhar os resultados das apurações ao presidente do CRCAM, referentes aos processos tramitados; e

XI – declarar impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão.

Art. 26 - São atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão de Conduta do CRCAM:

I – comparecer às reuniões quando convocados pela Presidência da Comissão, justificando por escrito os casos de ausências ou afastamentos;

II – votar sobre os assuntos analisados nas reuniões;

III – examinar as tarefas que forem submetidas ao estudo da Comissão, emitindo parecer fundamentado e voto;

IV – pedir vista em matéria de deliberação;

V – solicitar informações e esclarecimentos das matérias a cargo da Comissão;

VI – elaborar relatórios e documentos inerentes aos processos sob sua responsabilidade;

VII – declarar-se impedido ou suspeito para os trabalhos da Comissão;

VIII – representar a Comissão, por delegação de seu presidente;

IX – propor ações objetivando a disseminação e a capacitação sobre conduta no CRCAM;

X – proceder ao registro das reuniões e à elaboração de seus relatórios; e

XI – solicitar, quando necessário e de forma fundamentada, a prévia manifestação do Departamento Jurídico para dirimir dúvidas sobre matérias a serem deliberadas pela Comissão.

CAPÍTULO X DO FUNCIONAMENTO

Art. 27 - A Comissão se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por trimestre, e, em caráter extraordinário, por iniciativa do presidente ou dos seus membros.

§ 1º A convocação para participação nas reuniões ordinárias será realizada por meio de correio eletrônico, com antecedência de, pelo menos, 10 (dez) dias da data da reunião;

§ 2º Qualquer membro, na impossibilidade de comparecimento às reuniões da Comissão, deverá comunicar, por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data da reunião.

Art. 28 - A Comissão se reunirá com a presença de, no mínimo, três de seus membros, sendo um deles, obrigatoriamente, titular.

Art. 29 – A ausência do membro titular por três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, no período de

um ano, sem causa justificada, deverá ser comunicada ao presidente do CRCAM, para fins de promover a sua substituição.

Art. 30 - As pautas das reuniões da Comissão de Conduta serão compostas a partir de sugestões do presidente ou dos membros, sendo admitida a inclusão de novos assuntos no início da reunião.

Parágrafo único. Os assuntos tratados nas reuniões deverão ser registrados em ata a ser assinada por todos os presentes, a qual conterá as discussões e as conclusões havidas, devendo ser anexados os documentos que subsidiaram as decisões.

Art. 31 - Os pareceres conclusivos da Comissão serão tomados por voto da maioria de seus membros, cabendo ao presidente da Comissão o voto de qualidade.

Parágrafo único. Os membros suplentes poderão participar das reuniões da Comissão, mas somente terão direito a voto na ausência ou impedimento dos respectivos membros titulares.

Art. 32 - Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Conduta do CRCAM têm prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos ocupados por seus membros.

CAPÍTULO XI DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS

Art. 33 - No âmbito de atuação da Comissão de Conduta estão previstas duas classes de processos:

- I – Resposta a Consultas; e
- II – Apuração de indícios de infração à conduta ética com emissão do relatório e parecer conclusivo.

SEÇÃO I DAS CONSULTAS

Art. 34 - Considera-se “consulta” a solicitação de um pedido de informação, parecer e/ou orientação a respeito de uma ação ou ato pretendido pelo conselheiro, funcionário e/ou colaborador, formalizada por carta, memorando, ofício ou correio eletrônico direcionado à Comissão de Conduta.

Art. 35 – A Comissão de Conduta responderá à consulta no prazo máximo de 15 (quinze) dias, por meio de memorando, ofício ou correio eletrônico.

§ 1º O prazo constante do *caput* deste artigo poderá ser prorrogado a critério da Comissão de Conduta, que deverá comunicar ao requerente da consulta a necessidade de prorrogação indicando as razões para tal.

§ 2º Caso o assunto seja de interesse de outros conselheiros, funcionários e/ou colaboradores, a Comissão de Conduta poderá divulgar seu posicionamento.

SEÇÃO II DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE INFRAÇÃO À CONDUTA ÉTICA

Art. 36 - O procedimento para apuração de desvio de conduta ética compreende as seguintes etapas:

- I – Denúncia ou Representação;
- II – Procedimento Preliminar;
- III – Instauração do Processo de Apuração de Infração à Conduta Ética;
- IV – Instrução do Processo; e
- V – Decisão Final.

SUBSEÇÃO I DA DENÚNCIA OU DA REPRESENTAÇÃO

Art. 37 - Considera-se denúncia ou representação toda peça ou comunicação que se fizer revelar ou anunciar contra alguém, com o objetivo de acusar, delatar ou evidenciar indícios de irregularidades, falta grave ou desvio de conduta ética.

Art. 38 - A denúncia contra funcionário ou colaborador deverá ser formalizada por escrito por qualquer cidadão e dirigida, exclusivamente, à Comissão de Conduta, devendo conter, necessariamente, os seguintes requisitos:

- I – descrição da conduta;
- II – indicação da autoria da conduta; e
- III – apresentação dos elementos de prova para apuração do fato ou indicação de onde podem ser encontrados.

Parágrafo único. O denunciante poderá indicar até 3 (três) testemunhas.

Art. 39 - A denúncia ou representação devem ser formalizadas por carta, memorando, ofício ou correio eletrônico, endereçadas à Comissão de Conduta ou mediante comparecimento à reunião ordinária da Comissão de Conduta para redução a termo das declarações do denunciante.

Art. 40 - Cada denúncia será numerada sequencialmente por ano.

Art. 41 - Não serão admitidas pela Comissão de Conduta quaisquer denúncias ou representações encaminhadas concomitantemente para a Comissão de Conduta e outras instâncias (exemplo: Ouvidoria, Câmaras, Plenário), visando garantir o princípio da confidencialidade da atuação da Comissão.

Parágrafo único. Nessa hipótese, será encaminhado ao denunciante identificado, comunicado com exposição dos motivos sobre a inadmissibilidade da denúncia.

Art. 42 - Quando não houver identificação da autoria da conduta denunciada, a Comissão de Conduta poderá, excepcionalmente, acolher os fatos narrados para fins de abertura do procedimento, desde que a denúncia contenha indícios suficientes ou, em caso contrário, determinar o arquivamento sumário.

Art. 43 - A Comissão de Conduta acatará pedido de desistência apresentado pelo denunciante, desde que o denunciado ainda não tenha sido formalmente notificado pela Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR

Art. 44 - Recebida a denúncia ou conhecida de ofício, a Comissão de Conduta realizará a averiguação preliminar para investigar indícios de infração; fixará a competência de tratamento da questão, processando seu julgamento.

§ 1º As denúncias contra conselheiros, serão apuradas pela Comissão do CFC, integrada por Conselheiros, conforme § 1º do artigo 9º da Resolução CFC 1.523/2017.

§ 2º Se a denúncia for contra funcionário e/ou colaborador, caberá à Comissão de Conduta do CRCAM a apuração de desvios de conduta ética.

Art. 45 - Após a averiguação preliminar e distribuição, a Comissão de Conduta decidirá sobre a admissibilidade, ou não, da denúncia, devendo ser proferida na primeira reunião ordinária ou extraordinária subsequente ao recebimento da denúncia.

Art. 46 - Na averiguação preliminar, a Comissão de Conduta poderá:

- I – requisitar informações e documentos ao Presidente do CRCAM ou a outra autoridade competente, necessários à elucidação da denúncia;
- II – solicitar esclarecimentos dos envolvidos; e
- III – realizar diligências.

Art. 47 - Durante a averiguação preliminar, os membros da Comissão de Conduta deverão declarar se estão sob impedimento ou suspeição de participar do processo de apuração, nos termos dos §§ 1º e 2º do Art. 23 deste Regimento Interno.

Art. 48 - A declaração de impedimento ou suspeição deverá ser assinada pelo declarante, devendo o documento ser juntado ao processo.

Art. 49 - Os membros que se declararem em impedimento ou suspeição para atuar no processo não poderão participar das discussões e decisões a respeito de assuntos relacionados ao processo em questão.

Art. 50 - Havendo dúvida quanto ao enquadramento da conduta, se desvio de conduta ética, infração disciplinar, ato de improbidade, crime de responsabilidade ou infração de natureza diversa, a Comissão de Conduta, em caráter excepcional, poderá solicitar, de forma fundamentada, parecer reservado ao Departamento Jurídico do CRCAM.

Art. 51 - Como resultado da fase de Procedimento Preliminar, a Comissão de Conduta, com base em decisão fundamentada, poderá:

- I – decidir pela inadmissibilidade da denúncia e arquivá-la de ofício, quando a narração dos fatos não permitir, em juízo preliminar, a identificação de evidências de cometimento de infração à conduta ética e, quando sua convicção indicar possível cometimento de infração disciplinar ou legal, remeter a situação à Unidade Organizacional competente para as providências cabíveis; e
- II – decidir pela admissibilidade da denúncia, determinando a conversão em Processo de Apuração de Conduta (PAC).

Art. 52 - Procedida à análise da denúncia, a Comissão deverá elaborar o Relatório de Análise de Admissibilidade na Comissão de Conduta, contendo um breve relato dos fatos, as justificativas para a decisão e os encaminhamentos adotados pela Comissão.

Art. 53 - Caso a Comissão decida pela inadmissibilidade da denúncia, deverá comunicar a decisão ao denunciante identificado, registrando as justificativas que embasaram a tomada de decisão, não cabendo reconsideração.

Art. 54 - Na hipótese de a denúncia ser considerada admissível pela Comissão de Conduta, o presidente da Comissão definirá dois membros da Comissão para atuar no processo, devendo um deles ser designado como relator.

Art. 55 - Quando efetuado o juízo de admissibilidade, a Comissão de Conduta deverá comunicar ao(s) denunciante(s) identificado(s) acerca da decisão preliminar, em até 5 (cinco) dias a partir da decisão da Comissão de Conduta.

SUBSEÇÃO III DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO

Art. 56 - Tendo a Comissão decidido pela admissibilidade da denúncia e os envolvidos informados da decisão preliminar, será efetuada a instauração do Processo de Apuração de Conduta.

Parágrafo único. O prazo para a conclusão do Processo de Apuração de Conduta não ultrapassará 90 (noventa) dias, salvo na hipótese de motivo relevante devidamente justificado, quando, então, poderá ser prorrogado uma só vez por até 30 (trinta) dias.

Art. 57 - O Processo de Apuração de Conduta deverá observar as regras de autuação, compreendendo numeração e rubrica da paginação, juntada de documentos em ordem cronológica e demais atos de expediente administrativo.

Art. 58 - Será mantida a chancela de “sigiloso” até que esteja concluído o procedimento preliminar ou processo para apuração de prática em desrespeito a preceitos de conduta.

Art. 59 - A Comissão encaminhará ao denunciado, em até 5 (cinco) dias, correspondência informando a respeito da instauração do processo de apuração de infração à conduta ética e da denúncia, solicitando a apresentação de defesa prévia, por escrito, relação de testemunhas e indicação de provas, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o recebimento e/ou ciência da comunicação pela Comissão de Conduta.

Art. 60 - Após a regular notificação será assegurado ao denunciado o direito de acesso aos autos do processo, mediante solicitação formal encaminhada à Comissão de Conduta.

§ 1º Os documentos originais que compõem o processo apenas poderão ser acessados pelo denunciado com o acompanhamento de dois membros da Comissão de Conduta.

§ 2º O denunciado poderá obter cópia dos autos, mediante preenchimento do formulário de Termo de Confidencialidade e Sigilo.

Art. 61 - Qualquer parte envolvida no processo poderá requerer, de forma fundamentada, a impugnação de participação de membro da Comissão de Conduta no processo de apuração de infração à conduta ética,

explicitando as razões impeditivas.

Art. 62 - Caberá aos membros da Comissão de Conduta, não citados no requerimento, decidir sobre a impugnação referida no artigo anterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de apresentação do requerimento.

SUBSEÇÃO IV DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Art. 63 - O denunciado, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o recebimento e/ou ciência da solicitação de defesa prévia, deverá encaminhar à Comissão de Conduta sua defesa escrita acompanhada de eventual prova documental e a indicação de até 3 (três) testemunhas, atendendo à notificação prevista no Art. 59 deste Regimento.

§ 1º A Comissão de Conduta, excepcionalmente, poderá estender o prazo de apresentação de defesa, mediante requerimento justificado do denunciado.

§ 2º As testemunhas poderão ser substituídas desde que o interessado formalize pedido à Comissão de Conduta, em tempo hábil e em momento anterior à audiência de inquirição.

Art. 64 - Decorrido o prazo estabelecido para apresentação da defesa prévia, na hipótese de o denunciado não se manifestar, deverá ser encaminhada nova correspondência por escrito, reiterando a solicitação e contendo campo específico de assinatura para o atesto do recebimento do documento.

Parágrafo único. Caso o denunciado, comprovadamente notificado, não se manifestar nem indicar procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a Comissão de Conduta designará um defensor dativo dentre os funcionários, para acompanhar o processo, sendo-lhe vedada conduta contrária aos interesses do denunciado.

Art. 65 - Encaminhada a defesa prévia pelo denunciado, a Comissão analisará as peças e adotará as providências necessárias à instrução do processo.

Art. 66 - Para realizar a instrução do processo, a Comissão de Conduta poderá:

- I – promover a inquirição de testemunhas e a realização de diligências;
- II – solicitar exame pericial e parecer de especialista; e
- III – requisitar informações e documentos às unidades organizacionais do CRCAM ou outra autoridade competente.

§ 1º A requisição, a solicitação ou a convocação de testemunhas deverão explicitar o local e data do evento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§ 2º Os convocados serão ouvidos separadamente e seus esclarecimentos serão reduzidos a termo, observando-se o sigilo e a confidencialidade.

§ 3º As solicitações a que se referem os incisos II e III deverão discriminar as informações e os documentos requeridos e o prazo esperado para atendimento.

Art. 67 - As unidades organizacionais do CRCAM darão tratamento prioritário às solicitações de documentos

e informações necessárias à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pela Comissão de Conduta.

§ 1º A inobservância da prioridade determinada neste artigo implicará a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 2º A Comissão de Conduta terá acesso a todos os documentos necessários aos trabalhos, dando tratamento específico àqueles protegidos por sigilo legal.

Art. 68 - A Comissão de Conduta, mediante decisão fundamentada, poderá desconsiderar as provas apresentadas pelos envolvidos que figurarem como ilícitas, impertinentes, protelatórias, desnecessárias à elucidação dos fatos, ou quando o fato não possa ser provado pela espécie de prova apontada.

Art. 69 - Na hipótese de serem juntados novos elementos de prova aos autos do processo, após a apresentação da defesa prévia, o denunciado deverá ser notificado de seu conteúdo pela Comissão de Conduta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da juntada dos novos documentos ao processo.

Parágrafo único. O denunciado terá novo prazo de 10 (dez) dias para protocolar a complementação de sua defesa à Comissão de Conduta.

Art. 70 - Concluídas as ações previstas nos artigos 63, 64, 65 e 66, o relator do processo deverá elaborar Relatório de Instrução Processual, contendo um resumo de todas as ações adotadas durante o processo.

Art. 71 - O denunciado receberá o Relatório de Instrução Processual e notificação para que apresente suas alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do 1º dia útil após o recebimento e/ou ciência da comunicação pela Comissão de Conduta.

Parágrafo único. O denunciado somente terá acesso ao Relatório após assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo.

SUBSEÇÃO V DA DECISÃO FINAL

Art. 72 - Concluída a instrução processual e após a emissão do parecer pelo relator do processo, apresentadas, ou não, as alegações pelo denunciado, a Comissão de Conduta proferirá decisão final por intermédio de parecer, podendo:

- I – decidir que não houve cometimento de infração à conduta ética e determinar o arquivamento;
- II – decidir que houve infringência à conduta ética e propor ao presidente do CRCAM a aplicação, isoladamente ou cumulativamente, do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP) e Censura Ética; e
- III – decidir pelo encaminhamento do processo para a unidade organizacional competente para as providências cabíveis, quando houver indícios de possível cometimento de infração disciplinar.

Art. 73 - O Acordo de Conduta Pessoal e Profissional estabelecerá os termos a serem firmados com o denunciado para corrigir condutas que estejam em desacordo com os preceitos éticos, visando manter um clima de trabalho respeitoso e saudável.

Art. 74 - A Censura Ética será apresentada por escrito e explicitará os comportamentos praticados, considerados inaceitáveis, e as medidas a serem implementadas para o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta, indicando a conduta que deve ser adotada no ambiente do trabalho.

§ 1º No ato da lavratura do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, deverá ser coletada a assinatura do denunciado e estabelecida a vigência do Acordo, que poderá ser de até 2 (dois) anos, a forma e os responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento do ACPP, sendo um deles membro da Comissão de Conduta e o outro a chefia imediata quando o denunciado for funcionário do CRCAM; e a Diretoria Executiva, quando o denunciado for o colaborador.

§ 2º Na hipótese de o responsável se encontrar impedido de efetuar o acompanhamento do ACPP, em razão de envolvimento na situação, vínculo pessoal ou interesse direto ou indireto no feito, deverá ser designado outro profissional que esteja fisicamente próximo ao denunciado para acompanhar o cumprimento do Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

§ 3º Durante a vigência do ACPP, o processo de apuração ficará sobrestado, sendo determinado o arquivamento do feito, se o Acordo for cumprido até o final do sobrestamento.

§ 4º Na hipótese de haver o descumprimento do ACPP durante o período de sobrestamento, a Comissão de Conduta dará seguimento ao Processo de Apuração de Conduta.

Art. 75 - Em se tratando de colaborador “prestador de serviços” sem vínculo direto ou formal com o CRCAM, a cópia da decisão definitiva, elevando as condutas infracionais, deverá ser remetida pela Comissão de Conduta ao fiscal gestor do contrato, a quem competirá a adoção das providências legais cabíveis, eximindo-se a Comissão de Conduta da proposição de aplicação de penalidades (ACPP e Censura Ética).

Art. 76 - No caso de a decisão final ser aprovada pelo presidente do CRCAM, a Comissão de Conduta deverá notificar o denunciado a comparecer em reunião com os membros responsáveis pelo processo, para entrega e assinatura do documento contendo o teor da decisão.

§ 1º No caso de não comparecimento do denunciado na data estabelecida na notificação, será encaminhada a decisão final, no prazo de 5 (cinco) dias, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR).

§ 2º Caso a decisão final seja pelo arquivamento do processo, a Comissão de Conduta comunicará, formalmente, o teor da decisão ao denunciante identificado e ao denunciado.

Art. 77 - Da decisão pela aplicação do ACPP e Censura Ética caberá pedido de reconsideração do funcionário ou colaborador ao presidente do CRCAM, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da comunicação de que trata o Art. 70.

Art. 78 - A decisão final do presidente do CRCAM deverá ser encaminhada à Comissão de Conduta que, por sua vez, irá resumir em ementa, com a omissão dos nomes das partes do processo.

Art. 79 - A Comissão de Conduta divulgará, em sítio eletrônico do CRCAM, todas as ementas decorrentes dos processos tratados pela Comissão.

Art. 80 - Finalizado o processo, a Comissão de Conduta emitirá o termo de encerramento e providenciará o arquivamento dos autos.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81 - Qualquer contato mantido entre membro da Comissão de Conduta e envolvidos em processo de apuração de infração à conduta ética deverá contar com a presença de, pelo menos, dois membros da Comissão de Conduta.

Art. 82 - Todos os assuntos relacionados aos processos de apuração de infração à conduta ética deverão ser tratados pela Comissão de Conduta em ambiente reservado especificamente para tal finalidade.

Art. 83 - No final de cada ano será preparado um Relatório das atividades desenvolvidas com avaliação da consecução do planejamento adotado pela Comissão de Conduta do CRCAM.

Art. 84 - Caberá à Comissão de Conduta do CRCAM dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regulamento, por meio de deliberação.

Art. 85 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, devendo, também, ser divulgado na página do CRCAM.

Contador MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
Presidente do CRCAM

ANEXO I

PROCEDIMENTO PRELIMINAR

ACORDO DE CONDUTA PESSOAL E PROFISSIONAL

A Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas – CRCAM, no uso de suas competências conferidas pela Portaria nº 12/2020, resolve propor o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

Uma vez formalizado o presente compromisso, a Comissão de Conduta do CRCAM não poderá converter o Procedimento Preliminar em Processo de Apuração Ética.

DA REPRESENTAÇÃO OU DENÚNCIA

Por meio do (a) _____, datado de _____, assinado pelo(a) _____ ocupante do cargo/função _____, esta Comissão de Conduta do CRCAM teve conhecimento de fato ou conduta em eventual desacordo com as normas éticas assim descrito _____, atribuídas ao funcionário ou colaborador _____ RG nº _____ CPF nº _____ Matrícula nº _____, ocupante do cargo ou função do quadro do CRCAM exercendo atividades profissionais no cargo ou função de _____, residente na _____ Cidade _____ CEP _____ UF _____.

DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR

Acolhida a demanda em juízo de admissibilidade, esta Comissão deliberou pela instauração do Procedimento Preliminar que recebeu nº _____.

Para a respectiva apuração, esta Comissão realizou diligências para a coleta de provas documentais e solicitou a manifestação do investigado.

O relatório proferido indicou a suposta ocorrência de fato ou conduta ética descrita acima, a qual encontra-se em desacordo com normas éticas previstas no(a) _____.

Assim, na forma do disposto no inciso XIV, Art. 24, registrou-se a determinação de propor o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

DOS COMPROMISSOS ACORDADOS

O funcionário denunciado, doravante denominada de compromissário, aos dias do _____ mês de _____ de 20____, compareceu perante a representação desta Comissão de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas, para celebrar o presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, constituído das seguintes cláusulas:

1º - O compromissário declara ter ciência da inadequação da conduta denunciada, que ensejou a

instauração do Procedimento Preliminar de nº _____;

2º - O **COMPROMISSÁRIO** afirma que vai fazer leitura detalhada das normas que estabelecem limites éticos ao funcionário, notadamente naqueles aspectos que se referem à _____;

3º - O **COMPROMISSÁRIO** se compromete, a partir deste momento, em situação semelhante, atuar seguindo o padrão ético exigido ao funcionário do CRCAM e, em caso de dúvida, buscar aconselhamento dos superiores hierárquicos e da Comissão de Conduta do CRCAM;

4º - O **COMPROMISSÁRIO** declara conhecer que a lavratura deste Acordo de Conduta Pessoal e Profissional implicará no sobrestamento do Processo Preliminar, respeitando o limite de 2(dois) anos;

5º - O **COMPROMISSÁRIO** tem ciência que o descumprimento do presente Acordo de Conduta Pessoal e Profissional implicará na imediata conversão do Procedimento Preliminar em Processo de Apuração Ética;

6º Esta Comissão de Conduta do CRCAM designa o integrante _____, para supervisionar e acompanhar o cumprimento deste Acordo de Conduta Pessoal e Profissional;

7º O **COMPROMISSÁRIO** deve respeitar todos os artigos que dizem respeito aos valores éticos, incluindo os previstos no Código de Conduta. Não deve haver nenhum desvio ético.

Representando instrumento de livre manifestação de vontade, é facultado ao **COMPROMISSÁRIO** não assinar o presente termo, estando ciente, no entanto, que assim procedendo, poderá responder às denúncias que lhe são imputadas em Processo de Apuração Ética.

Manaus – AM, XX de XXXXXX de 2020.

Representante da Comissão de Ética do CRCAM

Compromissário